

CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE COOPERATIVA NO SETOR DE AGROINDÚSTRIA¹

Carina Tres Morawski; Maria Eduarda Da Rocha Leite; Vanessa Priscila Telles²
Citania Aparecida Pilatti Bortoluzzi; Roberto Kemper; Frankimar Wilson Mazetto³

RESUMO

No presente trabalho abordou-se o estudo de cooperativa agroindustrial, os aspectos para sua constituição e sua contabilidade. O objetivo do estudo foi demonstrar os aspectos de constituição de uma cooperativa agroindustrial. A pesquisa constitui-se de um estudo de caso, com uma abordagem quantitativa, e método de coleta de dados utilizado foi questionário. Por meio da pesquisa e da análise dos resultados verificou-se os aspectos necessários à constituição de uma cooperativa agroindustrial, um grupo de pessoas com interesses e objetivos em comum são o ponto inicial para sua constituição, bem como a reunião para a criação da mesma, junto com o a ata e o estatuto que irá reger a cooperativa.

Palavras-Chave: Cooperativa. Agroindústria. Constituição. Contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade esta inserida nas organizações há muito tempo, no inicio de forma mais branda, auxiliando na verificação do patrimônio existente. Com o passar do tempo foi tomando uma proporção muito maior, passando a mensurar dados e a assessorar os gestores na tomada de decisão (ZDANOWICZ, 2014).

Com a crescente tecnologia a contabilidade passou por um processo de modernização e se adaptou a realidade das organizações. Com as cooperativas não foi diferente. A contabilidade tem um papel fundamental dentro da cooperativa. Não somente determinando valores, mas também a função de evidenciar a relação da cooperativa com seus associados (SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2012).

Nos últimos anos a força do cooperativismo vem crescendo demasiadamente, e com isso ganhando destaque no mercado. Antes de abordar a contabilidade das cooperativas é preciso verificar o que são e para que foram constituídas. O cooperativismo une pessoas comuns para uma missão extraordinária (ZDANOWICZ, 2014).

¹ Atividade corporativa desenvolvida no curso de Ciências Contábeis da UCEFF.

² Acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da UCEFF. vantelles.com@gmail.com.

³ Orientadores da atividade desenvolvida ao longo do semestre de 2017/1. Docentes da UCEFF.

O cooperativismo se baseia na ajuda mútua entre os seus membros, e tem como principal objetivo prestar auxílio a sociedade em geral. A força da cooperativa são seus associados, é por meio deles que a sociedade cooperativa cresce (SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2012).

As cooperativas surgiram desde os primórdios da humanidade, e se aprimoraram com o tempo, ganhando espaço e visibilidade perante a sociedade e competindo com empresas. A cooperativa é a soma dos esforços de seus cooperados e seus colaboradores (ZDANOWICZ, 2014). As sociedades cooperativas no ramo de agronegócio vêm ganhando destaque no país, principalmente no oeste catarinense onde esse modelo tem se desenvolvido muito ao longo dos anos. A região tem uma alta influência das cooperativas de grãos, de produção leiteira, suína e de aves (SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2012).

A cooperativa agroindustrial em geral atende a toda a cadeia produtiva, desde o preparo da terra, a industrialização e até a comercialização, no caso das sociedades cooperativas de produtos rurais, como soja e milho. Já para as cooperativas de suíno ou de aves, a cooperativa é responsável pelo fornecimento de insumos para que o cooperado possa cuidar do suíno ou das aves, é responsável pelo processo desde a coleta até a embalagem para o consumidor final (SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2012).

Como se observa as sociedades cooperativas são alavancadas pelos seus cooperados. Os cooperados tem papel fundamental na formação e desenvolvimento das cooperativas. Para a sociedade a cooperativa é de grande valor econômico e também social, já que é constituída para um bem comum (ZDANOWICZ, 2014). Diante do exposto apresenta-se a questão problema do estudo: **Quais as características de constituição de uma sociedade cooperativa agroindustrial?** O objetivo do estudo é verificar as características que compõem a constituição de uma cooperativa agroindustrial.

O estudo justifica-se pelo ponto de vista prático, teórico e social, também em razão da contribuição deixada para os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis e para o ramo de cooperativa agroindustrial objeto do estudo. Do ponto de vista prático consiste em constituir uma sociedade cooperativa no setor agroindustrial Já do ponto de vista teórico, pela utilização do estudo assimilado conforme conteúdos ministrados em sala, a possibilidade de outras organizações observarem e encontrarem benefícios para implantarem em sua empresa. Por fim do ponto de vista social, serão os resultados obtidos por meio da utilização da contabilidade, para a constituição de uma cooperativa agroindustrial.

O estudo esta estruturado da seguinte forma: além dessa breve introdução, trata no segundo tópico o ambiente de estudo que será abordado onde a cooperativa esta inserida, no terceiro item o assunto a ser tratado é fundamentação teórica, que são o embasamento para a elaboração do trabalho, tal como a contabilidade intermediaria, a contabilidade de cooperativas, a pericia contábil, a contabilidade agroindustrial e a legislação social e trabalhista. No quarto item é abordado os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do estudo, no quinto tópico apresenta a análise e interpretação dos dados obtidos com o estudo. E no sexto item apresenta a conclusão do trabalho bem como as considerações feitas pelos acadêmicos.

2 AMBIENTE DE ESTUDO

O cooperativismo ganhou força no Brasil a partir da abolição da escravatura e da proclamação da república. Mas antes destas manifestações cooperativistas foram registradas a partir da colonização de padres jesuítas, onde formaram colônias e posteriormente cooperativas de crédito rural (SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2012). O mercado onde as cooperativas estão inseridas tem uma significativa contribuição para o desenvolvimento dos agronegócios. E grande parte dessas cooperativas estão inseridas na região sul do país e contribuíram para o crescimento do setor cooperativo agroindustrial (OCERGS, 2017).

A atividade agroindustrial deve atender a alguns critérios, tais como: manter a composição e características do produto *in natura*; deve ser feita pelo produtor rural, com equipamentos e utensílios específicos para as atividades rurais; se utilizar de matéria-prima produzida na divisão rural explorada (MARION, 1996). O setor agroindustrial reúne varias espécies de cooperativas dentre elas a de beneficiamento de grãos, milho, soja, trigo entre outros. Uma das maiores cooperativas agroindústrias da região sul do país é a Cooper A1, que tem sua matriz em Palmitos no estado de Santa Catarina, e mais 19 filiais. Dispõem de oito mil seiscentos e oitenta e nove cooperados, um mil cento e noventa e cinco colaboradores e um faturamento de um milhão e setenta e nove, quinhentos e noventa e oito mil e cento e sessenta e três reais (COOPER A1, 2017).

Segundo dados da Organização das Cooperativas Estaduais do Rio Grande do Sul (OCERGS), no Brasil têm-se seis mil seiscentos e setenta e três cooperativas, destas duzentas e sessenta estão localizadas em Santa Catarina, e cinquenta e uma são do ramo agropecuário.

Santa Catarina é o segundo estado da região sul com maior número de associados em cooperativas, com um milhão, novecentos e oito mil, quatrocentos e trinta e cinco associados ficando atrás somente do estado do Rio Grande do Sul (OCERGS, 2017).

A cooperativa agroindustrial de grãos está diretamente ligada ao produtor rural, já que depende de sua produção para gerar insumos para beneficiamento dos cooperados. As culturas temporárias de milho, soja e trigo tem grande destaque na região sul do país. É por meio delas que as famílias rurais tiram subsídios para seu sustento, é através dessas culturas que a cooperativa é impulsionada ao crescimento. As cooperativas precisam do trabalho de todos para que o objetivo seja alcançado (SDR, 2017).

Com a crescente tecnologia e modernização do processo na agricultura as cooperativas agroindustriais de processamento de grãos tendem a ganhar mais espaço e competitividade diante o mercado e a sociedade, e a elevarem sua contribuição para a economia na região em que estão inseridas (FECOAGRORGS, 2017).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se a fundamentação teórica da pesquisa. Que está estruturada em cinco tópicos, sendo o primeiro sobre contabilidade intermediária, o segundo a respeito da contabilidade no setor de cooperativas, o terceiro pericia contábil, o quarto sobre contabilidade agroindustrial e o quinto sobre legislação trabalhista.

3.1 CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA

A contabilidade intermediária tem como principal objetivo habilitar e tornar mais compreensível para os usuários à importância e a análise das demonstrações contábeis conforme as leis vigentes (RIBEIRO, 2013). Fazem-se necessárias escriturações contábeis para apresentação ao fisco principalmente, mas também como ferramentas gerenciais. Deve-se registrar/lançar toda a movimentação da empresa e apresentar aos órgãos responsáveis todos os livros pertinentes, basicamente na parte contábil o livro razão e diário (SOUZA, 2007).

Conforme a NBC T. 2.1 – Das formalidades da escrituração contábil, no item 2.1.1 – A Entidade deve manter um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos

administrativos, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico e item 2.1.5 – O "Diário" e o "Razão" constituem os registros permanentes da Entidade. Ressalta também que a escrituração contábil e a emissão de relatórios, peças, análises e mapas demonstrativos e demonstrações contábeis são de atribuição e responsabilidade exclusivas de Contabilista legalmente habilitado.

Conforme as necessidades as escriturações contábeis e fiscais que até então eram realizadas através de livros impressos e apresentados à junta comercial e aos demais fiscos, passou a ser digital, Sped, assim sendo o ECD e ECF. O Decreto nº 6.022/2007 institui o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), prevendo que os livros e documentos contábeis e fiscais serão emitidos em forma eletrônica (SPED FISCAL E CONTABIL, 2017).

Existem algumas demonstrações contábeis, porém, o balanço patrimonial é a mais importante demonstração de posição de contas em um determinado momento, após todos os lançamentos das operações, depois das provisões serem realizadas. A NBC T 3.2 é dedicada exclusivamente ao tratamento e estruturação das Demonstrações Contábeis pelo Conselho Federal de contabilidade (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2009).

É utilizado para maior controle quantitativo e qualitativo em determinada data ou para comparar de melhor forma os bens, direitos e obrigações. O balanço deve ser estruturado conforme os artigos 178 e 184 da lei nº 6404/76. Nela devem constar os bens e direitos que compõem o ativo, as obrigações que são os passíveis e o patrimônio líquido da entidade (RIBEIRO, 2013).

3.2 CONTABILIDADE APLICADO AO SETOR DE COOPERATIVAS

O termo cooperativismo tem sua origem da palavra cooperação, que nada mais é do que atuar conjuntamente. Por meio desse conceito é difundida a ideia de cooperativa como uma forma de agir no auxílio a sociedade. Já que sua constituição se dá por meio de um objetivo coletivo, que visa atender vários indivíduos (SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2012).

O cooperativismo emergiu a partir do conceito que a cooperação era a mais satisfatória maneira para obter soluções que envolviam um grupo determinado de pessoas com projetos em comum. Desse modo tem-se o surgimento das cooperativas (RICCIARDI; LEMOS, 2000). Há muito tempo as cooperativas estão inseridas na estrutura social e econômica, traçando suas atividades para valores éticos de cooperação, de solidariedade, da justiça social,

da gestão democrática e da soma dos esforços de seus cooperados e seus colaboradores (ZDANOWICZ, 2014).

O cooperativismo obteve forma e aspecto por meio do movimento dos Pioneiros de Rochdale em 1844, que reuniu tecelões de Manchester na Inglaterra, onde fundaram a Sociedade Dos Probos Pioneiros de Rochdale, que tinha como objetivo melhorar as condições de vida de seus associados. E para que isso acontecesse cada cooperado economizou uma libra por ano (SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2012). Com a ascensão da revolução industrial os pioneiros de Rochdale viram a necessidade de mudar de vida, e promover uma ação que beneficiasse varias pessoas ao mesmo tempo. Com base no capital adquirido estabeleceram um armazém para compra e venda entre os associados, também construção de moradias dignas aos cooperados. Criaram programa de educação e de luta contra o alcoolismo, tudo consolidado pela cooperação integral (SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2012). Conforme a Lei Nº 5.764 DE 16.12.1971 Art. 4º do Manual das Cooperativas “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

O cooperado e o produtor rural que tem subsídios para a produção e dedica-se a atividade por conta própria, assim o cooperado pode ser de natureza jurídica ou física atuando dentro da cooperativa. O associado deverá concordar integralmente no estatuto social. Não há mínimo estimado de sócios. E para regularizar seu ingresso na cooperativa o interessado deve integralizar sua quota capital e assinar o livro de matricula (SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2012).

Sabendo disso podemos classificar os atos em cooperados e não cooperados. Os atos cooperados são aqueles praticados entre a cooperativa e seu associado, ou entre cooperativas quando associadas, o ato cooperativo não esta relacionado à operação de mercado, nem a contrato de compra e venda de produtos ou mercadorias. Já o ato não cooperativo é aquele praticado com terceiros sendo pessoas físicas ou jurídicas que não são associadas à cooperativa (ABRALAPAC, 2017).

As sociedades cooperativas se distinguem das demais sociedades por possuir características específicas, por exemplo: enquanto a sociedade empresarial visa o lucro a cooperativa almeja a melhoria da qualidade de vida de seus associados, já a cooperativa se tem por principal o homem, enquanto a mercantil tem o capital. A empresa pode transferir suas ações a terceiros, já a cooperativa não pode transferir as quotas-partes a outros. Na

cooperativa são os associados que são os donos, enquanto na sociedade empresarial são os sócios (OCERGS, 2017).

A partir da maneira de funcionamento fixado pelos Probos Pioneiros de Rochdale, foram elaborados princípios que passaram a fazer parte da doutrina cooperativista, são eles: adesão livre e voluntária; gestão democrática e livre; participação econômica dos associados; autonomia e independência, educação, formação e informação; inter cooperação e preocupação pela comunidade (SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2012).

3.3 PERICIA CONTABIL

A perícia contábil constitui um conjunto de procedimentos técnico científico destinado a levar a instância decisória, elementos de prova necessários a subsidiar á justa solução do litígio ou constatação de um fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente (CFC, 2017). Perícia contábil é a averiguação de fatos ligados ao patrimônio, com o objetivo de proporcionar opiniões, por intermédio de questões propostas. Para que tais opiniões possam ser apresentadas é realizado exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramento, enfim todo e qualquer procedimento necessário à opinião (SÁ, 2011).

De acordo com a Resolução nº 1.243/2009, a Perícia Contábil pode ser materializada por meio de laudo ou parecer e, além de atender às leis contábeis, está sujeita às normas legais do país. A atuação do perito contábil obedece principalmente ao Código de Processo Civil (CPC), entre outros textos legais. Para a referida norma, a Perícia Contábil divide-se em Judicial e Extrajudicial. Esta se subdivide em: arbitral, estatal ou voluntária. Nesse ponto, os termos divergem (em nomenclatura, não em essência) dos que são veiculados na literatura contábil, a saber: arbitral, semi judicial ou extrajudicial (RESOLUÇÃO CFC lei nº 1.243/09).

Cabe a Perícia Contábil a demonstração da verdade. Um dos objetos periciados pelo perito contador é a fraude que pode ser caracterizada pela falsificação ou alteração de registros ou documentos, omissão de transações nos registros contábeis, por registrar transações sem comprovação, e ainda por aplicar pratica contábeis indevidas (MEDEIROS; SERGIO; BOTELHO, 2014).

A fraude normalmente é motivada pela intenção de interesses alheios, resultando falsas situações de contas, lucros líquidos alterados, erros na classificação de receita e despesa, omissão de entrada de dinheiro, e outros atos falsos com intenção criminosa. Quando a contabilidade é usada para representar fatos que não existem, ou então sem veracidade, como propósito de beneficiar alguém, tendo a intenção de causar um prejuízo à outra entidade ou pessoa, portanto existe a fraude em contabilidade (MEDEIROS; SERGIO; BOTELHO, 2014).

3.4 CONTABILIDADE AGROINDUSTRIAL

A contabilidade rural é pouco utilizada no Brasil, tanto pelos empresários quanto pelos contadores, isto acontece devido à falta de conhecimento por parte destes empresários, da importância das informações que podem ser obtidas por meio da contabilidade, sendo que estas informações proporcionariam maior segurança nas tomadas de decisões. Tudo isso só acontece por que eles possuem uma mentalidade conservadora e preferem manter todos os controles baseados em suas experiências adquiridas com o passar dos anos (CREPALDI, 2009).

As agroindústrias são consideradas pessoas jurídicas cuja suas atividades econômicas podem ser industrialização de produção própria ou adquirir produção de terceiros. Pode-se considerar industrialização, para fins de enquadramento do produtor rural pessoa jurídica como agroindústria, a atividade de beneficiamento, quando constituir parte da atividade econômica principal ou fase do processo produtivo (BUSCH; GARCIA; RODRIGUES; TODA, 2015).

Como outras empresas, na agroindústria e na pecuária, os tributos e impostos incidem sobre a pessoa física e jurídica em todos os seus rendimentos. Enquanto pessoa física se apura o resultado da atividade rural por meio da escrituração do Livro Caixa no qual constam as receitas, despesas de custeio, investimentos e demais valores ligados a atividades. Sendo dispensado quando a receita bruta for inferior a R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais). E os tributos são apurados pelo imposto de renda, na pessoa física produtora dos rendimentos (CREPALDI, 2009). O imposto de renda esta presente na pecuária conforme o advento da Lei nº 7.450/85, o imposto de renda tornou obrigatório, para todas as empresas, o exercício social coincidindo com o ano civil, ou seja, de 1º/1 a 31/12 (MARION p.89 2006).

Ainda pode-se dizer que o maior intuito da contabilidade é transformar as propriedades rurais em grandes empresas, em um agronegócio também chamado de *agrobussines*, com capacidade para acompanhar a evolução, por meio de informações que permitam o total planejamento, o controle e a tomada de decisões. Lembrando que as propriedades rurais apresentam uma carência expressiva nessa área, que acaba prejudicando todo o futuro processo de modernização (MIRANDA, 2017).

3.5 LEGISLAÇÕES SOCIAL E TRABALHISTA

O direito do trabalho é um ramo do direito que tem como objetivos as normas, as instituições jurídicas e os princípios que disciplinam as relações de trabalho e seus sujeitos. Em regra geral, possui os mesmos princípios gerais do direito e mais os específicos que são: o princípio da proteção (ou princípio protecionista, protetivo, tutelar ou tuitivo), princípio da irrenunciabilidade de direitos (indisponibilidade, inderrogabilidade dos direitos trabalhistas), princípio da continuidade da relação de emprego, princípio da primazia da realidade, princípio da razoabilidade, princípio da boa-fé contratual e o princípio de não discriminação (JUNIOR; BARROSO, 2015).

O decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943 aprova a consolidação das leis do trabalho, assinada pelo presidente da república que entrou em vigor apenas em 10 de novembro de 1943 (JUNIOR; BARROSO, 2015). Por meio da CLT, um relevante marco na história do trabalho, muda-se a percepção sobre alguns fatores trabalhistas entre eles a relação de trabalho e empregador. Existem algumas diferenças entre a relação de trabalho e do emprego, onde se define que a relação de trabalho é mais ampla envolvendo atividades com ou sem subordinação, para melhor entender a CLT em seu Art 3º esclarece isso onde diz – Considera-se empregado toda pessoa física que presta serviço de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário (PONTELO; CRUZ, 2012).

Na CLT em seu Art. 2º. Considera-se empregador a empresa individual ou coletiva, que, assumindo os riscos de atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços. É necessário possuir a identidade profissional que é a carteira de trabalho e previdência social (CTPS), é um documento obrigatório para efetivar a relação de trabalho, pois será anotada e informada toda a vida profissional do empregado (PONTELO; CRUZ, 2012). Nos termos do artigo Art. 41, em todas as atividades será obrigatório para o

empregador o registro dos respectivos trabalhadores, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho. Parágrafo único. Além da qualificação civil ou profissional de cada trabalhador, deverão ser anotados todos os dados relativos à sua admissão no emprego, duração e efetividade do trabalho, a férias, acidentes e demais circunstâncias que interessem à proteção do trabalhador.

Os trabalhadores tiveram um aliado importante na luta por mais direitos e melhores condições, os sindicatos. Da união surgiram os sindicatos que é uma entidade que busca e defende as vontades e interesses dos trabalhadores perante as empresas (FILHO, 2015).

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este tópico apresenta a metodologia utilizada para esta pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 65): “O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. O método utilizado para este artigo foi o indutivo que segundo Diehl (2004) “Considera que o conhecimento é fundamentado na experiência sem levar em conta princípios preestabelecidos. No raciocínio indutivo, a generalização deriva de observações de casos na realidade concreta”.

O nível de pesquisa utilizado classifica-se como pesquisa descritiva. Para Gil (2008, p. 28), as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Com relação ao delineamento este estudo classifica-se como estudo de campo. Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para a qual se procura uma resposta (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 169).

O instrumento de coleta de dados utilizado foi questionário. Segundo Rampazzo e Corrêa (2008, p. 99): “Questionário consiste num conjunto de perguntas elaboradas, em geral, com o intuito de reunir informações sobre as percepções e opiniões dos indivíduos a respeito do estudo”.

A população desta pesquisa são as cooperativas agroindustriais da região oeste de Santa Catarina. “População são todos os membros de um grupo definido de pessoas ou itens” (FIGUEIREDO et.al.2014, p. 42). Já a amostra delimita-se a cooperativa Cooper A1.

“Amostra é a porção de uma população pré-definida” (FIGUEIREDO et.al., 2014, p. 42). A técnica de análise e interpretação de dados utilizada classifica-se como quantitativa. Para Soares (2003, p. 17): [...] a abordagem quantitativa está relacionada à quantificação de dados obtidos mediante pesquisa. Já segundo Rampazzo e Corrêa (2008, p. 68): Consiste na adoção de uma lógica sistematizada unindo duas variáveis que venham a comprovar a veracidade da hipótese.

5 ANALISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

No presente tópico o assunto a ser abordado é a análise e interpretação dos dados obtidos por meio do estudo da cooperativa Cooperorion. Abrangendo desde os dados necessários para sua constituição, bem como seu organograma e os demonstrativos de resultados, tais como o balanço patrimonial inicial da cooperativa, a demonstração de resultado/ sobras ou perdas e o balanço patrimonial final.

5.1 CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

A Cooperativa Regional Agroindustrial de Chapecó Cooperorion foi constituída no dia 28 (cinte e oito) do mês de março do ano de 2017 (dois mil e dezessete), com sede administrativa na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, na Rua Inês Battiston n° 125 E, no Bairro Líder, com um quadro de funcionários formados por 16 colaboradores. A Cooperorion rege-se pelos valores e princípios do cooperativismo, pelas disposições legais, pelas diretrizes da autogestão e por seu Estatuto.

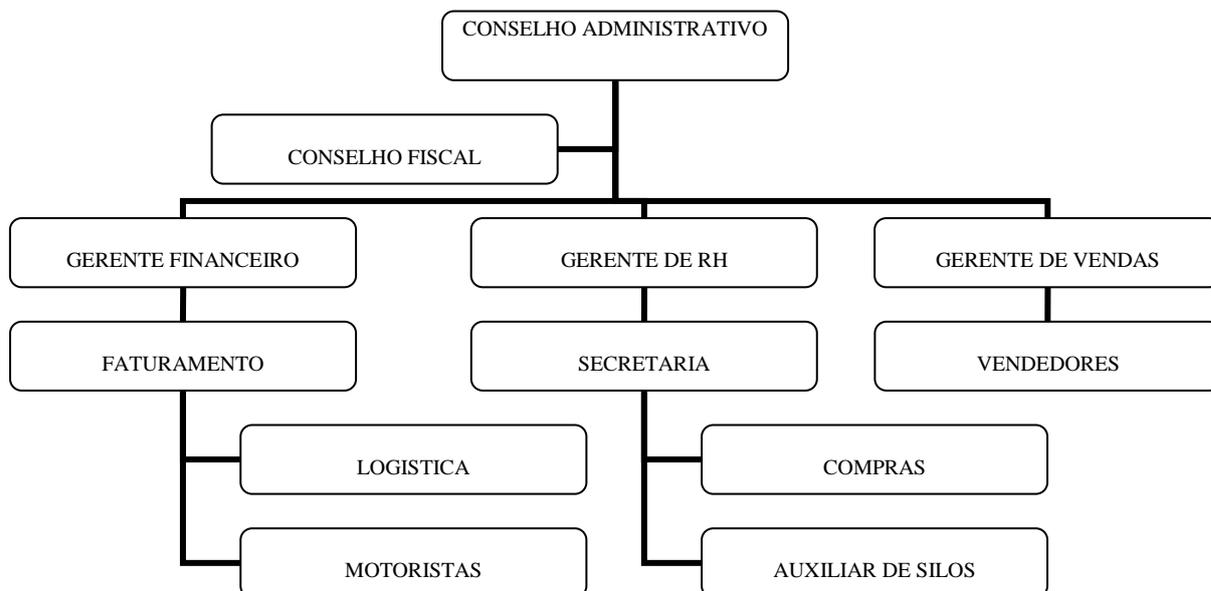
Para atingir um conhecimento satisfatório no âmbito de cooperativas, foi realizada uma entrevista com a contadora da Cooper A1 Sra. Leila, onde se compreendeu melhor a estrutura da cooperativa, a produção e a comercialização dos produtos ofertados pela cooperativa, bem como a relação da cooperativa com seus associados e com terceiros, também como se dá à distribuição de sobras ou perdas, a tributação e os custos da cooperativa, dentre outros.

5.2 ORGANOGRAMA DE CARGOS DA COOPERORION

Como em sociedades empresariais, as cooperativas também apresentam um organograma de cargos, onde dispõem as categorias e funções que condizem com cada colaborador. A Cooperorion contratou um funcionário com contrato de experiência de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo que pode ser prorrogada uma única vez, e com a permanência do funcionário o contrato se tornará por tempo indeterminado. A cooperativa também teve obrigações sociais e trabalhistas, para tanto realizou cálculos de folha de pagamento e rescisão de um funcionário.

Na Figura 1, é apresentado o organograma da Cooperativa Cooperorion, tendo três níveis hierárquicos. O organograma foi elaborado com base no organograma da Cooperativa Agroindustrial Alfa, localizada no município de Chapecó.

Figura 01: Organograma Cooperorion



Fonte: Elaborado com base no organograma da Cooperalfa (2017).

Conforme apresentado na Figura 01, no topo da cadeia, está o conselho administrativo composto pelo presidente eleito em assembleia, logo temos o conselho fiscal formado por três associados, no nível abaixo temos os respectivos gerentes, sendo um de Recurso Humano, um de Vendas, e um Financeiro. O gerente de RH é responsável pelos subordinados que é a secretaria da cooperativa, o comprador e os três auxiliares que trabalham nos silos de armazenagem. Já o gerente de vendas é responsável pelos três representantes da empresa.

O gerente financeiro é incumbido dos pagamentos da empresa a seus associados e a terceiros, bem como o recebimento de rendimentos, também tem a responsabilidade sobre a pessoa do faturamento que cuida das notas de entradas e saídas de mercadorias, é responsável pelo colaborar da logística e pelos dois motoristas da empresa.

5.3 DEMONSTRATIVOS DE RESULTADOS

Como em uma sociedade empresaria nas cooperativas as demonstrações de resultados são de suma importância e se fazem indispensáveis. O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Sobras ou Perdas se complementam e fornecem aos gestores importantes relatórios que evidenciam a situação atual da cooperativa.

Qualquer interessado em ingressar na cooperativa como associado, bem como fornecedores, devem se ater as demonstrações para verificarem o estado atual da mesma. Para os associados se faz significativa à verificação uma vez que eles estão diretamente ligados ao resultado da empresa. Já para os fornecedores e outros interessados é fundamental para verificar o índice de liquidez da cooperativa.

5.3.1 Balanço Inicial Cooperorion

Das demonstrações contábeis o Balanço Patrimonial é um dos mais importantes uma vez que demonstra a situação em que se encontra a sociedade cooperativa. Nessa demonstração está evidenciado os bens e direitos dos associados, representados pelo ativo, passivo e patrimônio líquido. O Balanço Patrimonial Inicial visa demonstrar a situação da cooperativa no início do exercício, demonstrando o valor de Capital investido, bem como bens adquiridos e projeções futuras. O Quadro 1, apresentado a seguir apresenta o Balanço Inicial da Cooperorion em 29 de fevereiro de 2017.

Quadro01: Balanço Patrimonial Inicial

1 ATIVO		2 PASSIVO	
	2017		2017
1.1 CIRCULANTE	R\$ 4.000.000,00	2.1 CIRCULANTE	R\$ -
1.1.1 DISPONIVEL	R\$ 1.645.000,00		
1.1.1.01 Caixa	R\$ 600.000,00		

1.1.1.02 Bancos Conta Movimento	R\$ 1.044.714,40		
1.1.1.03 Banco Sicoob	R\$ 1.044.414,40		
1.2 DESPESAS ANTECIPADAS	R\$ 285,60	2.2 NÃO CIRCULANTE	R\$ -
1.2.1 Alvarás a apropriar	R\$ 285,60		
1.3 NÃO CIRCULANTE	R\$ 2.355.000,00	2.3 PATRIMONIO LIQUIDO	R\$ 4.000.000,00
1.3.1 IMOBILIZADO	R\$ 2.355.000,00	2.3.1 Capital Social	R\$ 4.000.000,00
1.3.1.01 Imóveis	R\$ 500.000,00	2.3.1.01 Capital Social Subscrito	R\$ 4.000.000,00
1.3.1.02 Móveis e Utensílios	R\$ 15.000,00		
1.3.1.03 Equipamentos de informática	R\$ 30.000,00		
1.3.1.04 Terreno	R\$ 1.000.000,00		
1.3.1.05 Silos	R\$ 810.000,00		
TOTAL DO ATIVO	R\$ 4.000.000,00	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	R\$ 4.000.000,00

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O capital investido pelos associados foi de 10 (dez) quotas-partes no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) cada, totalizando R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). Destes R\$ 1.044.414,40 (um milhão e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quatorze reais e quarenta centavos) disponível no Banco Sicoob. No caixa tem-se R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Foi integrado R\$ 285,60 (duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos) em alvarás a apropriar. E investido R\$ 2.355.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil reais) em imobilizado, entre imóveis, terreno, móveis e utensílios, equipamentos de informática e silos que serão utilizados na atividade da cooperativa.

5.3.2 Demonstração do Resultado Cooperorion

A demonstração de Sobra ou Perdas de uma Cooperativa esta correlacionada com o Balanço Patrimonial, nela estão descritas os ingressos que a cooperativa obteve com a venda de mercadorias, bem como os custos dos produtos vendidos, também as despesas que a cooperativa teve em determinado período, por fim são apurados os impostos e deduzidos das

sobras brutas, obtendo as sobras a distribuir entre o RATES e a Reserva Legal, havendo sobras deve ser destinada aos associados conforme sua participação na cooperativa.

No Quadro 02 está representado a Demonstração de Sobras ou Perdas da Cooperorion em 31 de março de 2017.

Quadro 02: Demonstração de Sobras ou Perdas Cooperorion

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS	Ato Cooperativo Ingressos/ Dispêndios Sobras/ Perdas	Ato Não Cooperativo Receita /Despesas Lucro/Prejuízo	Consolidado Ato Cooperativo e Não Cooperativo
Ingressos/ Receita de Vendas Mercado Interno	R\$ 1.096.940,04	R\$ 470.117,16	R\$ 1.567.057,20
(-) Dedução dos Ingressos E Receita Bruta	- R\$ 287.946,75	- R\$ 123.405,75	- R\$ 411.352,50
Impostos incidentes sobre as vendas	R\$ 287.946,75	R\$ 123.405,75	R\$ 411.352,50
(-) ICMS	R\$ 186.479,80	R\$ 79.919,92	R\$ 266.399,72
(-) PIS	R\$ 18.099,51	R\$ 7.756,93	R\$ 25.856,44
(-) COFINS	R\$ 83.367,44	R\$ 35.728,90	R\$ 119.096,34
(=) INGRESSOS E RECEITA LIQUIDA DE VENDAS	R\$ 808.993,29	R\$ 346.711,41	R\$ 2.801.114,70
(-) Dispêndios e Custo dos Produtos Vendidos	-R\$ 566.500,02	-R\$ 242.785,72	-R\$ 809.285,74
(=) SOBRA E LUCRO BRUTO	R\$ 242.493,27	R\$ 103.925,69	R\$ 346.418,96
(-) DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS	-R\$ 85.379,68	-R\$ 36.591,30	-R\$ 121.970,98
(-) Dispêndios/Despesas c/ Salários	R\$ 20.888,00	R\$ 8.952,00	R\$ 29.840,00
(-) Dispêndios/Despesas c/ Seguros	R\$ 2.217,04	R\$ 950,16	R\$ 3.167,20
(-) Dispêndios/Despesas c/ FGTS	R\$ 1.772,40	R\$ 759,60	R\$ 2.532,00
(-) Dispêndios/Despesas c/ Provisão 13°	R\$ 1.846,23	R\$ 791,24	R\$ 2.637,47
(-) Dispêndios/Despesas c/ Provisão 13° INSS	R\$ 162,30	R\$ 69,55	R\$ 231,85
(-) Dispêndios/Despesas c/ Provisão 13° FGTS	R\$ 147,72	R\$ 63,31	R\$ 211,03
(-) Dispêndios/Despesas c/ Provisão Férias	R\$ 3.470,73	R\$ 1.487,45	R\$ 4.958,18
(-) Dispêndios/Despesas c/ Provisão Férias INSS	R\$ 331,91	R\$ 142,25	R\$ 474,16
(-) Dispêndios/Despesas c/ Provisão Férias FGTS	R\$ 275,49	R\$ 118,07	R\$ 393,56
(-) Dispêndios/Despesas c/ Indenizações trabalhistas	R\$ 1.562,63	R\$ 669,70	R\$ 2.232,33
(-) Dispêndios/Despesas c/ Treinamento	R\$ 350,00	R\$ 150,00	R\$ 500,00
(-) Dispêndios/Despesas c/ Propaganda e Publicidade	R\$ 861,00	R\$ 369,00	R\$ 1.230,00
(-) Dispêndios/Despesas c/ Material de Expediente	R\$ 1.732,50	R\$ 742,50	R\$ 2.475,00
(-) Dispêndios/Despesas c/ EPI	R\$ 595,00	R\$ 255,00	R\$ 850,00
(-) Dispêndios/Despesas c/ Aluguel de Impressoras	R\$ 906,50	R\$ 388,50	R\$ 1.295,00
(-) Dispêndios/Despesas c/ Telefone	R\$ 1.417,50	R\$ 607,50	R\$ 2.025,00
(-) Dispêndios/Despesas c/ Energia	R\$ 4.302,52	R\$ 1.843,94	R\$ 6.146,46
(-) Dispêndios/Despesas c/ Água	R\$ 773,57	R\$ 331,53	R\$ 1.105,10
(-) Dispêndios/Despesas c/ Combustíveis e Lubrificantes	R\$ 19.221,57	R\$ 8.237,82	R\$ 27.459,39
(-) Dispêndios/Despesas c/ Alvará	R\$ 16,66	R\$ 7,14	R\$ 23,80
(-) Dispêndios/Despesas c/ Depreciação	R\$ 13.581,28	R\$ 5.820,56	R\$ 19.401,84
(-) Dispêndios/Despesas c/ Honorários	R\$ 1.225,00	R\$ 525,00	R\$ 1.750,00

contábeis			
(-) Dispêndios/Despesas c/ Juros	R\$ 7.722,13	R\$ 3.309,48	R\$ 11.031,61
(=) SOBRAS OU PERDAS E RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL E RESERVAS	R\$ 157.113,59	R\$ 67.334,39	R\$ 224.447,98
(-) IRPJ	0	-R\$ 10.100,16	-R\$ 10.100,16
(-) CSLL	0	-R\$ 6.060,09	-R\$ 6.060,09
(=) SOBRAS OU PERDAS E RESULTADO DO EXERCÍCIO	R\$ 157.113,59	R\$ 51.174,14	R\$ 208.287,73
(-) RATES	-R\$ 78.556,79	- R\$ 51.174,14	- R\$ 129.730,93
(-) RESERVA LEGAL	- R\$ 15.711,36	R\$ -	- R\$ 15.711,36
(=) SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL	R\$ 62.845,44	R\$ -	R\$ 62.845,44

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

No período apurado a Cooperorion obteve ingressos com vendas no valor de R\$ 1.567.057,20 (um milhão, quinhentos e sessenta e sete mil, cinquenta e sete reais e vinte centavos), destes R\$ 1.096.940,04 (um milhão e noventa e seis mil, novecentos e quarenta reais e quatro centavos) são de atos cooperativos e R\$ 470.117,16 (quatrocentos e setenta mil, cento e dezessete reais e dezesseis centavos) de atos não cooperativos.

A cooperativa teve deduções de impostos dos ingressos no valor de R\$ 411.352,50 (quatrocentos e onze mil, trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) rateados na proporção de 70% para atos cooperativos e 30 % para atos não cooperativos. Os impostos incidentes foram PIS, COFINS e ICMS, a Cooperorion não possui incidência de IPI em seus produtos já que segundo a tabela TIPI, milho, soja e trigo não tem incidência do imposto.

As despesas da cooperativa foram de R\$ 121.970,98 (cento e vinte e um mil, novecentos e setenta reais e noventa e oito centavos), sendo R\$ 85.379,68 (oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos) de atos cooperativos, e R\$ 36.591,30 (trinta e seis mil, quinhentos e noventa um real e trinta centavos) de atos não cooperativos. A Cooperorion teve um custo com os produtos vendidos no valor de R\$ 809.285,74 (oitocentos e nove mil, duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), rateados na proporção de 70% para atos cooperados e 30% para atos não cooperados.

Após as deduções de despesas e custo chegaram-se as sobras ou perdas antes do IRPJ e CSLL, no valor de R\$ 157.113,59 (cento e cinquenta e sete mil, cento e treze reais e cinquenta e nove centavos) para atos cooperativos e R\$ 67.334,39 (sessenta e sete mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos) para atos não cooperativos. Foram aplicados 15% de IRPJ e 9% de CSLL sobre o valor de atos não cooperados, obtendo-se o resultado de R\$ 10.100,16 de IRPJ e R\$ 6.060,09 de CSLL.

Posteriormente os valores de sobras do resultado do exercício foram destinados ao RATES na proporção de 50% para atos cooperados sendo R\$ 78.556,79 (setenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis e setenta e nove centavos) e o total de atos não cooperados R\$ 51.174,14 (cinquenta e um mil cento e setenta e quatro reais e quatorze centavos). E 10% para Reserva Legal no valor de R\$ 15.711,36 (quinze mil setecentos e onze reais e trinta e seis centavos). Houve sobras a ser destinadas aos associados no valor de R\$ 62.845,44 (sessenta e dois mil oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

5.3.3 Apresentação do Balanço Patrimonial Final Cooperorion

O Balanço Patrimonial Final, e a demonstração da situação da cooperativa, onde esta evidenciada seus direitos e obrigações são elaborados ao final do exercício, com importante relevância de demonstrar a capacidade de pagamento de suas obrigações bem como se é uma cooperativa que do retorno aos seus associados. Para a comprovação dos resultados obtidos no Balanço Patrimonial foi elaborado o Balancete de Verificação, onde estão dispostos todos os débitos e créditos lançados no período. Também foi elaborada uma tabela de compensação de impostos, onde estão demonstrados os impostos a recuperar e os a recolher. Para obter os valores de estoque de cada mercadoria utilizou-se o método da Média Ponderada. Evidenciando as entradas de estoque e as saídas, resultando no saldo final de estoque de cada produto milho, soja e trigo.

No Quadro 03 esta representada o Balanço Patrimonial Final da Cooperorion em 31 de março de 2017.

Quadro 03: Balanço Patrimonial Final Cooperorion

1. ATIVO		2. PASSIVO	
	2017		2017
1.1 CIRCULANTE	R\$ 2.658.361,14	2.1 CIRCULANTE	R\$ 1.829.802,41
1.1.1 DISPONIVEL	R\$ 2.532.025,97	2.1.1 Fornecedores	R\$ 672.428,00
1.1.1.01 Caixa	R\$ 1.571.987,17	2.1.2 Obrigações Sociais e Trabalhistas	R\$ 90.652,29
1.1.1.02 Bancos Conta Movimento	R\$ 960.038,80	2.1.2.01 Honorários a pagar	R\$ 1.750,00
1.1.1.02 Banco Sicoob	R\$ 960.038,80	2.1.2.02 Salários a pagar	R\$ 26.471,43
1.1.2 Realizável a Curto Prazo	R\$ 126.335,17	2.1.2.03 FGTS a pagar	R\$ 2.532,00
1.1.3 ESTOQUES	R\$ 29.746,83	2.1.2.04 INSS a recolher	R\$ 2.887,20
1.1.3.01 Estoque de milho	R\$ 18.359,04	2.1.2.05 IRRF a recolher	R\$ 481,37
1.1.3.02 Estoque de soja	R\$ 10.743,62	2.1.2.06 Provisão 13°	R\$ 2.637,47
1.1.3.03 Estoque de trigo	R\$ 644,17	2.1.2.07 INSS s/ provisão 13°	R\$ 231,85
1.1.4 DESPESAS ANTECIPADAS	R\$ 96.588,34	2.1.2.08 FGTS s/provisão 13°	R\$ 211,03

1.1.4.01 Alvarás a apropriar	R\$ 261,80	2.1.2.09 Provisão férias	R\$ 4.958,18
1.1.4.02 Juros a apropriar	R\$ 62.202,54	2.1.2.10 INSS s/ provisão férias	R\$ 474,16
1.1.4.03 Seguros a apropriar	R\$ 34.124,00	2.1.2.11 FGTS s/ provisão férias	R\$ 393,56
		2.1.2.12 Indenização Trabalhista a pagar	R\$ 2.232,33
		2.1.2.13 Contas a pagar	R\$ 45.391,71
		2.1.3 Obrigações tributárias	R\$ 135.290,57
		2.1.3.01 FUNRURAL a recolher	R\$ 10.700,60
1.2 NÃO CIRCULANTE	R\$ 3.316.883,56	2.1.3.02 PIS a recolher	R\$ 6.623,87
1.2.2 Imobilizado	R\$ 3.338.263,00	2.1.3.03 COFINS a recolher	R\$ 30.501,15
1.2.2.01 Imóveis	R\$ 500.000,00	2.1.3.05 ICMS a recolher	R\$ 71.304,70
1.2.2.02 Móveis e Utensílios	R\$ 15.000,00	2.1.3.04 Provisão IRPJ	R\$ 10.100,16
1.2.2.03 Equipamentos de informática	R\$ 30.000,00	2.1.3.05 Provisão CSLL	R\$ 6.060,09
1.2.2.04 Terreno	R\$ 1.000.000,00	2.1.4 Instituições Financeiras	R\$ 931.431,55
1.2.2.05 Silos	R\$ 810.000,00	2.1.4.01 Financiamento C.P	R\$ 931.431,55
1.2.2.06 Veículos	R\$ 983.263,00		
1.2.2.07 (-) Depreciação acumulada	R\$ 21.379,44	2.2 PATRIMONIO LIQUIDO	R\$ 4.145.442,29
1.2.2.07.01 (-) Depreciação acumulada Imóveis	R\$ 1.666,67	2.2.1 Capital Social	R\$ 4.000.000,00
1.2.2.07.02 (-) Depreciação acumulada Móveis e Utensílios	R\$ 125,00	2.2.1.01 Capital Social Subscrito	R\$ 4.000.000,00
1.2.2.07.03 (-) Depreciação acumulada Equipamentos de Informática	R\$ 500,00	2.2.1.02 Reservas	R\$ 145.442,29
1.2.2.07.04 (-) Depreciação acumulada Silos	R\$ 2.700,00	2.2.1.03 Rates	R\$ 129.730,93
1.2.2.07.05 (-) Depreciação acumulada Veículos	R\$ 16.387,77	2.2.1.04 Reserva Legal	R\$ 15.711,36
TOTAL DO ATIVO	R\$ 5.975.244,70	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	R\$ 5.975.244,70

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

No final do exercício após todas as operações contabilizadas e a Demonstração de Sobras ou Perdas apurada foi elaborado o Balanço Patrimonial Final da Cooperorion. Onde a cooperativa ficou com R\$ 2.532.025,97 (dois milhões quinhentos e trinta e dois mil e vinte e cinco reais e noventa e sete centavos) em disponível, dividido entre caixa e banco.

A Cooperorion fez aquisição de veículos leves e pesados, sendo que o veículo de passageiros foi pago a vista, e os demais que são representados por três caminhões foi capitalizado um financiamento simulado na tabela *Price*. Também foi captado um seguro para os veículos. No final do período foram apropriados os juros, o alvará e o seguro. As contas à pagar engloba as despesas da Cooperorion, como energia, água e esgoto, aluguel de impressoras, despesa com publicidade e propagando, combustíveis e lubrificantes, entre outros.

O passivo e o ativo da Cooperorion ficaram em R\$ 5.975.244,70 (cinco milhões novecentos e setenta e nove mil duzentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos). Destes R\$ 4.145.442,29 (quatro milhões cento e quarenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte e nove centavos) composto pelo capital, RATES e Reserva Legal, as sobras foram distribuídas aos associados conforme sua participação na cooperativa (Apêndice), e pagas ao final do exercício.

5.4 PERICIA CONTÁBIL

A Perícia Contábil define-se por procedimentos técnico-científicos que tem por finalidade a prova da verdade. Apresentando elementos que comprovem a verdade dos fatos do litígio. Para tanto é elaborado o Laudo Pericial, que pode conter quesitos do Juiz e das Partes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cooperativas agroindustriais necessitam de um tratamento diferenciado em relação uma sociedade empresaria. Com o estudo as divergências entre esses dois modelos de sociedade ficam ainda mais evidenciada, como os objetivos de cada uma delas. Enquanto a organização empresaria visa lucro a cooperativa visa atender seus associados e contribuir da melhor forma para a sociedade.

Com finalidade de aprofundar o conhecimento na área de cooperativas, fez-se uma visita a Cooperativa Agroindustrial Aurora, onde o contador responsável elucidou como se dá a contabilidade da cooperativa. Também se aplicou um questionário à contadora da Cooper A1, cooperativa do oeste catarinense, onde se esclareceu varias questões.

Para a constituição da cooperativa se faz indispensável à assembleia de constituição, bem como ata e estatuto da mesma. Para o estudo constitui-se ficticiamente a Cooperativa Regional Agroindustrial de Chapecó – **COOPERORION**, com sede na cidade de Chapecó no estado de Santa Catarina, com 20 (vinte) associados. Regida pelo regime tributário Lucro Real. Por meio do estudo compreende-se melhor como se dá a contabilidade de uma cooperativa agroindustrial. Assim como também foram aplicados conteúdos aprendidos em

outras matérias, como elaborar uma folha de pagamento, uma rescisão de contrato de trabalho, e como controlar os estoques pelo método de média ponderada.

A cooperativa é regida por seus associados, diferentemente da sociedade empresaria que é regida por seus sócios, na cooperativa cada cooperado tem poder de voz nas decisões que irão impulsionar a cooperativa, e fazer a diferença para seus associados e para a comunidade em geral.

Quanto ao objetivo do estudo que era de verificar as características de constituição de uma cooperativa agroindustrial, foi obtido êxito por meio do aprofundamento de conhecimento relacionado às cooperativas, com a elaboração das Demonstrações de Resultado, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Sobras e Perdas.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas verifica-se que a cooperativa tem Reserva Legal e também o FATES que são distribuídas havendo sobras no período. O tratamento das despesas e das receitas se da como ingressos e dispêndios. A sociedade cooperativa não esta sujeita a falência, e após as destinações legais havendo sobras devem ser distribuídas entre os associados conforme sua participação na cooperativa.

REFERÊNCIAS

ABRALAPAC. Disponível em: <http://www.abralapac.org.br/v3>. Acesso em março de 2017.

BUSCH, Cleber Marcel; GARCIA, Edino; RODRIGUES, Aldenir Ortiz; TODA, Willian. **Contabilidade Rural**. 3ª ed. São Paulo: IOB-SAGE, 2015.

CFC. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_858.pdf. Acesso em março de 2017.

COOPERA1. **Historia**. Disponível em: <http://www.coopera1.com.br/institucional/historia/>. Acesso em março de 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido; **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 5ª ed, revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2009.

DIEHL, Astor Antônio. **Pesquisas em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FECOAGRORGS. **Crescimento de produtividade na soja ainda precisa evoluir no Brasil**. Disponível em: <https://www.fecoagrorgs.com.br> Acesso em março 2017.

FIGUEIREDO, Anelice M. Banhara. **Pesquisa científica e trabalhos acadêmicos**. Chapecó: UCEFF Faculdades, 2º ed. 2014.

FILHO, José Claudio Monteiro de Brito. **Direito sindical**. 5ª. ed. São Paulo, LTr, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JUNIOR, Marco Antônio Araújo; BARROSO, Darlan. **Reta final OAB: revisão unificada**. 5ª ed. Ver, atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

LEI N° 5.764/71. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei5764.htm>. Acesso em março de 2017.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade e controladoria em agribusiness**. São Paulo: Atlas. 1996.

MARION, Jose Carlos; **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica**. 8ª ed – 2. Reimpressão São Paulo: Atlas, 2006.

MEDEIROS, Andressa Kely de; SERGIO, Lucicleia de Moura; BOTELHO, Ducineli Regis. **Importância da Auditoria e Perícia Para o Combate a Fraudes e Erros na Contabilidade das Empresas**. Imprensa ws, 2014.

MIRANDA, Patrícia. **Contabilidade: fator de desenvolvimento do agronegócio**. 2004. Disponível em: <http://www.paginarural.com.br>. Acesso em março 2017.

OCERGS. **Conceitos e princípios**. Disponível em: <http://www.ocergs.coop.br>. Acesso em março 2017.

OCERGS. **Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2015**. Disponível em: <http://stampacom.com.br/pf/sescoop/exp2015/>. Acesso em março de 2017.

PONTELO, Juliana, CRUZ Lucineide. **Gestão de pessoas: manual de rotinas trabalhistas**. 5ª ed. Brasília: SENAC/DF, 2012.

RAMPAZZO, Sônia Elisete, CORRÊA, Fernanda Zanin Mota. **Desmitificando metodologia científica**. Erechim: Habilis, 2008.

RICCIARDI, L; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI**. São Paulo: LTr, 2000.

RIBEIRO, Osni Moura Ribeiro. **Contabilidade intermediária**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patricia dos Santos. **Contabilidade das sociedades cooperativas**. 2ª edição. Editora Atlas S.A: São Paulo, 2012.

SDR. **Estado divulga projeção recorde para safra de grãos de verão 2016-2017**.

Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br>. Acesso em março 2017.

SOUZA, Dayanna de. **A importância da utilização da escrituração contábil como ferramenta para a tomada de decisão em micro-empresas de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de curso da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

SOARES, Edvaldo. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

SPED FISCAL E CONTABIL. Disponível em:

<http://www.normaslegais.com.br/trib/2tributario260208.htm>. Acessado em março de 2017.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Gestão financeira para cooperativas**. Editora Atlas S.A: São Paulo, 2014.